

SEÇÃO II

Artigos de Política Agrícola

EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Pedro Correia Lima Neto⁽¹⁾

1 - Introdução

O serviço de assistência técnica e extensão rural constitui um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. No Brasil essa importância torna-se maior se analisarmos a realidade do País e considerarmos o imenso problema social com que hoje nos defrontamos, ou seja, o elevado número de brasileiros que não têm acesso aos fatores básicos e indispensáveis da cidadania: alimentação, educação, saúde, emprego e sustentabilidade.

Por muitos anos o serviço de assistência técnica e extensão rural focalizou sua atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, procedimento que era considerado como única alternativa para o desenvolvimento do meio rural. O conceito de desenvolvimento restringia-se à noção de crescimento econômico. Os principais indicadores de avaliação dos efeitos do serviço de assistência técnica e extensão rural eram o aumento da produção e da produtividade, entendida como quantidade física produzida em relação à área física trabalhada. Nesse contexto, a tecnologia se destacava como único fator para o alcance de bons indicadores de resultados, chegando a ser mais importante que o próprio crédito rural, política pública responsável pela capitalização dos agricultores para cobertura dos custos das inovações

tecnológicas.

Embora a adoção de inovações tecnológicas resultasse em aumento de produtividade, não necessariamente provocava aumento de renda para o agricultor. Isso levou inúmeros agricultores a criar resistência à adoção de inovações tecnológicas, gerando frustrações nos técnicos do serviço de extensão rural.

Por muito tempo as políticas de geração de tecnologia, extensão rural e crédito foram formuladas em gabinetes fechados, sem levar em conta os interesses e as necessidades dos agricultores. Essas políticas tinham como objetivo o abastecimento do mercado, o aumento da produção e da oferta, e a conseqüente diminuição dos preços, contribuindo, dessa forma, para o combate à inflação.

O crédito rural subsidiado era direcionado para os produtos de interesse dos formuladores das políticas do governo e o agricultor reduzido a um mero fator de produção.

A fragilidade da agricultura em relação a outras atividades econômicas, uma vez que se trata de atividade de alto risco e de baixa rotatividade de capital (enquanto outras atividades dos setores secundário e terciário da economia circulam dezenas de vezes o seu capital de giro em um ano, a agricultura consegue fazer isto uma vez, e, com muita tecnologia, até três vezes no mesmo período), faz dela um setor transferidor natural de renda para os outros setores, necessitando, por isso, de políticas públicas diferenciadas que permitam ao agricultor se capitalizar.

Mas como criar condições de capitalização para um setor que nem sequer participa do processo de formação de preço dos seus produtos? Como estimular o agricultor a conquistar sua sustentabilidade se as políticas voltadas para o atendimento aos seus interesses têm sido, historicamente, formuladas sem a sua participação? Como imaginar que o serviço de assistência técnica e extensão rural possa, por si só, solucionar problemas tão complexos como esses e para os quais é necessário o envolvimento de toda a sociedade?

2 - Agricultura familiar: um setor descapitalizado

A agricultura familiar no Brasil sempre foi considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada "grande agricultura", a monocultura - café, cana-de-açúcar, soja, etc. - como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. Sob o ponto de vista de muitos intelectuais da sociedade urbana, a agricultura familiar era vista como uma comédia da pobreza do subdesenvolvimento. O homem do campo, agricultor familiar, era simbolizado pelo Jeca Tatu, doente, subnutrido, cheio de vermes e, o mais grave, pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio.

Durante longo tempo, não houve interesse na geração de políticas públicas para esse segmento da sociedade tido, em geral, como um fardo/peso e não como um participante do processo de desenvolvimento nacional. Os próprios instrumentos do Estado, como a assistência técnica e extensão rural, a pesquisa e o crédito, eliminavam o agricultor familiar de suas agendas.

O surgimento de uma sociedade democrática, a partir do início dos anos 90, fortaleceu a organização deste e de outros segmentos sociais, antes considerados incapazes. Suas organizações se mobilizaram na luta por direitos sociais antes considerados proibidos.

A sociedade como um todo passou a enxergar a importância desse segmento social: o agricultor familiar deixou de ser o Jeca Tatu e a agricultura familiar passou a ser vista como a melhor e mais econômica opção para a geração de emprego e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade em crise.

A institucionalização do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - um programa voltado aos interesses da agricultura familiar, passa a ser um grande instrumento de Estado, auxiliar na capitalização de recursos e na conquista da sustentabilidade para esses agricultores e suas famílias.

Baseado nos princípios de participação, parceria, descentralização e gestão social, o Pronaf tem como fundamento o amadurecimento do exercício da democracia, o que se dá, principalmente, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural _ CMDR - onde o agricultor familiar e os diversos representantes dos segmentos sociais do município discutem seus problemas e identificam as alternativas de solução a partir de suas próprias experiências, necessidades e prioridades.

Questões como melhoria e ampliação de infra-estrutura básica para o município (estradas, eletrificação rural, saneamento básico, armazenagem), como serviços públicos de apoio para melhorar as condições de vida do agricultor familiar (saúde, educação, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, crédito rural), são discutidas no âmbito do CMDR. Ao lado dessas questões de caráter eminentemente público, outras referentes aos agricultores familiares, individualmente ou em grupos, tais como agregação de valor ao produto, escala de produção, diversificação da produção, mercado, novas opções de renda não necessariamente agrícola, entre outras, são (ou deveriam ser) também objeto da pauta de discussões dos Conselhos.

O exercício da democracia não se dá apenas no âmbito dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Mediante parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil, através das organizações dos agricultores familiares, são discutidas as políticas públicas mais adequadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Esta prática tornou possível o estabelecimento de uma política pública de crédito rural diferenciada no âmbito Pronaf, objeto de conquista da CONTAG _ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

O crédito rural passou a ter uma cara diferente daquela que desrespeitava a capacidade e a inteligência do agricultor, uma política que direcionava os recursos para o produto - crédito para feijão, crédito para o milho, crédito para irrigação condicionado ao plantio do trigo etc. O crédito Pronaf passou a ser uma política voltada para o homem e sua família, pois é a família que decide o que

produzir, quanto produzir e para que mercado. Em resumo, a política de crédito passou a ver o homem do campo como uma criatura inteligente e capaz de decidir o seu destino. A assistência técnica e extensão rural, por sua vez, passou a dar uma importância maior a questões como capacitação, profissionalização e organização como fatores de desenvolvimento, em vez de privilegiar apenas a tecnologia agropecuária.

A capitalização do setor passou a incorporar, além do crédito rural propriamente dito, preocupações como a organização do homem e sua família para a produção em escala, o beneficiamento da produção com o objetivo de obter a agregação de valor aos produtos, a valorização da produção cultural, a inclusão de atividades geradoras de renda não agrícola, e o conseqüente aumento do faturamento do agricultor familiar no espaço rural.

3 - Assistência técnica e extensão rural: instrumento de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar

Em uma sociedade que está vivendo um tempo de mudanças e que, entre as mudanças, começa a ver com outros olhos a importância do espaço rural como chave para o desenvolvimento, é imperativo que os instrumentos de Estado se ajustem a este novo tempo.

Nesse sentido, vários esforços têm sido despendidos, a exemplo do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado entre 4 e 8 de agosto de 1997, em Brasília, e que foi, em seguida, multiplicado nos estados. Naquela ocasião, experiências internacionais foram conhecidas, vários temas foram debatidos, como descentralização, desenvolvimento rural, sustentabilidade, educação e capacitação, missão da Extensão Rural, gestão e estrutura da Extensão Rural, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, relações interinstitucionais, modelo de descentralização agrícola e agrário, gestão e planejamento participativo, política pública de extensão rural, a nova extensão rural para a agricultura familiar. Ressalte-se que estes e outros eventos vêm contando com a participação das organizações representativas dos agricultores familiares e técnicos de organizações governamentais e não-governamentais que atuam na

área de assistência técnica e extensão rural.

Apesar do esforço no sentido de ajustar as instituições a uma nova política para o setor, poucos foram os resultados obtidos até o momento. São vários os fatores que levam os conservadores a resistir às mudanças exigidas por este novo tempo, entre eles podemos destacar o corporativismo das pessoas e instituições, o receio da perda de poder, o saudosismo de alguns dirigentes de um tempo que lhes era interessante, o da a crise do Estado.

O fato é que as instituições públicas⁽²⁾ já não atendem aos interesses da sociedade, que reclama por mudanças. Quando falamos em esgotamento, em estado de limite das instituições, não queremos reduzir o problema à crise institucional que vive o serviço público de assistência técnica e extensão rural, mas nos referimos, também, à crise vivida pelas instituições de pesquisa, universidades, saúde, educação, dentre outras.

É importante ter sempre em mente que, apesar de estarmos vivendo uma crise institucional generalizada, isto não deve servir de pretexto para a acomodação de um serviço da maior importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e que necessita passar por mudanças. Ouvir a sociedade e trabalhar com ela na busca dos seus verdadeiros interesses é básico para o desenvolvimento e a sustentabilidade das instituições numa democracia.

O serviço de assistência técnica e extensão rural, por estar presente na grande maioria dos municípios brasileiros e por ser o único instrumento do estado que vive em contato direto com os agricultores e suas famílias, não pode ser considerado o único responsável pelo sucesso ou insucesso da conquista do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania dos agricultores e suas comunidades.

Estamos convencidos de que quem faz o desenvolvimento não são as instituições públicas, mas sim as pessoas que se beneficiam dos serviços dessas instituições, e de que cabe ao serviço público de assistência técnica e extensão rural executar, com eficiência e eficácia, a função que lhe é delegada pela sociedade: fazer

extensão rural, ou seja, apoiar o desenvolvimento em parceria com as instituições responsáveis pelos serviços de pesquisa, educação, saúde, preservação ambiental, crédito e outros.

Estamos também convencidos de que, neste novo tempo, o verdadeiro papel da extensão rural passa a ser o de provocar e auxiliar as mudanças sonhadas e desejadas pelos cidadãos que vivem no meio rural. E de que, neste cenário, o agente de mudança _ o extensionista rural _ deve entender a necessidade de assumir, cada vez mais, o papel de auxiliar do desenvolvimento local, por um lado, incorporando no seu dia-a-dia os interesses dos agricultores, suas famílias e suas organizações e, por outro, colocando-os acima dos interesses da instituição da qual faz parte.

Referência Bibliográfica

AGRICULTURA FAMILIAR: desafios para a sustentabilidade. Coletânea. Editores Dalva Maria da Mota, Edison Diogo Tavares, Vicente G.F. Guedes e Lúcia Raquel Queiroz Nogueira. Aracaju: Embrapa-CPACT, SDR/MA, 1998.

DE CARVALHO, João Luiz Homem (org.). **Agricultura Cidadã _ A agricultura no Distrito Federal (1995/1998): Novas formas de intervenção do Estado para um novo modelo de desenvolvimento rural.** Brasília: Secretaria de Agricultura, 1998.

DE SOUZA SILVA, J. **Geração de Conhecimento para a Competitividade e**

Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Século XXI _ da Racionalização à Flexibilização sob a Lógica da Formação de "Redes". Trabalho apresentado na Mesa Redonda "A Agricultura Familiar e os Desafios para o Século XXI", Seminário Nacional: Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade. Aracaju, SE, 09-11 de dezembro de 1998.

FLORES, Murilo Xavier; DE SOUZA SILVA, José. **O futuro sem fome.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília: Embrapa _SPI, 1994.

MARQUES, N.E; NORONHA, H.F. **Agricultura familiar: entender e transformar.** Florianópolis: Epagri, 1998.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil.** Florianópolis: Epagri, 1996.

_____ **Êxodo Rural: Campo ou Cidade?** Florianópolis: ACARESC, 1991.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Pequenos agricultores e reforma agrária, no Brasil: perspectivas e dilemas numa quadra de mudanças.** Brasília: M. M. Oliveira, 1997.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Anais Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Brasília, DF, 4-8 de agosto de 1997. Brasília: PNUD, 1997.

UMA NOVA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL CENTRADA NA AGRICULTURA FAMILIAR: proposta. Workshop Nacional: "Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural Centrada na Agricultura Familiar". Brasília, DF, 24-28 de novembro de 1997. Brasília: PNUD, 1997.

(1) Economista, técnico agrícola, especialista em Administração Rural, assessor da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, membro da Comissão de Sistematização do Seminário "Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade," realizado em Aracaju-SE, de 9 a 11/12/98.

(2) O termo "públicas" é entendido aqui como "governamentais"

Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº 03 - Jul - Ago - Set - 1999